

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 42 / XV / 1.ª SL

Aos vinte e um dias do mês de março de 2023, pelas quinze horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala n.º 7 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que se anexa e que faz parte integrante da presente ata, com a seguinte,

Ordem de Trabalhos

1. Informações gerais

2. Apresentação, discussão e votação dos Projetos de Voto ns.º:

[294/XV/1.ª \(BE\)](#) - De condenação a Israel, pela expulsão da Eurodeputada Ana Miranda

[296/XV/1.ª \(PSD\)](#) - De congratulação à Comunidade de Trabalho Galiza - Norte de Portugal

[299/XV/1.ª \(CH\)](#) – De condenação pelo aumento da desflorestação da Amazónia

3. Análise e votação da Redação Final do [Projeto de Resolução n.º 337/XV/1ª](#) (PAN)
- «Recomenda ao Governo que apoie as iniciativas internacionais que visem condenar o Afeganistão pelas decisões que impedem as meninas, raparigas e mulheres de frequentar o ensino médio e o ensino superior e apelar à respetiva revogação, e que adote medidas que promovam a integração da meninas, raparigas e mulheres afegãs em instituições de ensino nacionais»

4. Outros assuntos

Iniciada a sessão, dirigida pelo Presidente da Mesa da Comissão, Deputado Sérgio Sousa Pinto e no âmbito do **Ponto 1.** da OD, registou-se o seguinte:

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 42 / XV / 1.ª SL

- O MNE solicitou o adiamento da audição regimental prevista para 4 de abril próximo, devido à participação do Sr. Ministro na reunião ministerial de Negócios Estrangeiros da NATO, em Bruxelas, agendada muito recentemente. Consultadas as coordenações dos diferentes GP's quanto a datas alternativas, a saber, 11 e 18 de abril. Por unanimidade, foi escolhida a data de 11 de abril.

- [Redação Final do Projeto de Resolução n.º 302/XV/1.ª](#) (PS, PSD, IL, BE, PAN e L) - «Contra os atos de violência sexual cometidos no quadro do conflito armado na Ucrânia.»

A proposta de redação final referente ao Projeto de Resolução n.º 302/XV foi indevidamente remetida pela DAPLEN para apreciação à 1.ª Comissão _ que concordou com as respetivas sugestões _ e não à 2.ª Comissão, perante quem o Projeto havia sido apresentado e discutido. Detetado o problema, em face da relevância da iniciativa e do tempo entretanto decorrido desde a sua aprovação, o Presidente informou ter mantido conversa como o seu homólogo da 1.ª Comissão, no sentido de solucionar o problema. Dado que a matéria já foi apreciada por uma Comissão onde figuram algumas das subscritoras da própria iniciativa, manda o bom senso que aí seja dado seguimento à matéria, de resto, já aprovada em Plenário.

Interveio o Deputado Paulo Pisco (PS) referindo ter detetado uma alteração qualitativamente relevante entre a redação original e a sugerida pela DAPLEN, pois no segundo parágrafo da parte resolutiva, onde antes se lia **“continue a garantir”**, passou a ler-se **“garanta”**, expressão passível de alterar o sentido do texto.

Perante este facto, deliberou a Comissão, por unanimidade, mandar os serviços da mesma para providenciar a resolução do problema, respeitando o espírito da solução conjuntamente preconizada pelos Presidentes das Comissões envolvidas.

Passados ao **Ponto 2.**, o Presidente da Mesa concedeu a palavra à Deputada Joana Mortágua (BE) para apresentação do seu Projeto de voto. Uma vez terminada a apresentação, o Presidente da Mesa tomou a palavra para evidenciar a inaceitável postura das autoridades israelitas perante uma Deputada eleita pelo povo europeu, naquilo que considerou uma afronta institucional dirigida ao Parlamento Europeu.

De seguida, intervieram os Deputados:

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 42 / XV / 1.^a SL

Paulo Pisco (PS) que frisou não ser admissível que as autoridades de um Estado barrem a entrada no seu território de um representante eleito do Parlamento Europeu, independentemente da sua orientação política, no que considerou tratar-se de uma postura injustificavelmenmte contrária à liberdade democrática.

Tiago Moreira de Sá (PSD) para partilhar a inadmissibilidade desta decisão das autoridades israleitas. Sublinhou, no entanto, que tal como noutros casos, o texto preambular desta iniciativa diverge do teor da sua parte dispositiva, veiculando expressões e ideias com as quais não pode concordar. Assim, reservou-se no direito regulamentar interno da Comissão para requerer o adiamento desta votação, de forma a que possa chegar-se a um concsenso que viabilize a aprovação desta iniciativa.

Diogo Pacheco de amorim (CH) para discordar da condenação do Estado de Israel, posição que, no seu entyendimento, extravasa em muito a condenação de um ato particular.

Joana Mortágua (BE), que manifestou abertura para a alteração do texto da iniciativa de forma a viabilizar a sua aprovação em Comissão, para cujo efeito irá apresentar uma versão revista até à próxima reunião.

Posto o que antecede, a votação desta iniciativa foi adiada.

Foi seguidamente concedida a palavra ao Deputado Pacheco de Amorim (CH) para apresentação do PJV n.º 299/XV. Finda a apresentação, intervieram os seguintes Deputados:

Joana Mortágua (BE) quen referiu ser impossível chegar à condenação veiculada pela iniciativa sob discussão, dado o curto espaço de tempo entretanto decorrido desde a investidura de Lula da Silva que, como é conhecido, tem procurado combater a desflorestação levada a cabo por garimpeiros e madeireiros em espaço público, no intuito de invereter a situação criada por Bolsonaro. Referiu, ainda, que este voto padece de profunda hipocrisia e má-fé política, por não ser possível imputar ao atual Presidente os efeitos que objetivamente lhe quer atribuir.

Tiago Moreira de Sá (PSD) que referiu a dificuldade do PSd em posicionar-se 4em face do teor deste voto, visto terem decorrido pouco mais de dois mesaes desde a investidura do atual Presidente brasileiro.

Paulo Pisco (PS) que salientou a incompreensível pressa que este voto parece veicular no sentido de acusar Lula da Silva, acusação essa que, em face do tempo decorrido e das medidas já tomadas de combate à desflorestação, é simplesmernte ridícula. Relembrou

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 42 / XV / 1.ª SL

que até à tomada de posse de Bolsonaro, os índices de desflorestação da amazónia estavam em franco decréscimo,. Tendência que rapidamente se inverteu. Esta iniciativa, referiu, é parcial e eivada de conotações e finalidades ideológico-propagandísticas.

Submetido a votação, a iniciativa foi rejeitada, com votos contra de PS e BE, a favor do CH e a abstenção do PSD. Estiveram ausentes IL e PCP.

Finalmente, foi concedida a apalavra ao Deputado João Montenegro (PSD) para apresentação do Projeto de voto n.º 296/XV, o qual suscitou a intervenção da Deputada Anabela Real (PS) que se associou ao teor da iniciativa. Não se tendo verificado demaios intervenções, e uma vez submetido a votação, foi aprovado por unanimidade dos presentes, com a ausência de IL e PCP.

No **Ponto 3.**, procedeu-se à leitura da redação final sugerida para o Projeto de Resolução n.º 337/XV, a qual foi aceite por unanimidade dos Presentes (com a ausência de IL e PCP).

_____ // _____

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu a reunião por encerrada pelas quinze horas e cinquenta minutos, dela se tendo lavrado a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Encontra-se disponível o registo áudio da reunião, o qual constitui parte integrante da presente ata, sendo [consultável aqui](#).

Palácio de São Bento, 21 de março de 2023,

O PRESIDENTE DA MESA



(Sérgio Sousa Pinto)



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 42 / XV / 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Anabela Real (PS)
Cláudia Santos (PS)
Eunice Pratas (PS)
Gil Costa (PS)
Miguel Iglésias (PS)
Paulo Pisco (PS)
Romualda Nunes Fernandes (PS)
Sérgio Sousa Pinto (PS)
João Montenegro (PSD)
Olga Silvestre (PSD)
Ricardo Sousa (PSD)
Tiago Moreira De Sá (PSD)
Diogo Pacheco De Amorim (CH)
Joana Mortágua (BE)
Francisco Pereira De Oliveira (PS)
Susana Correia (PS)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Edite Estrela (PS)
Francisco César (PS)
Nathalie Oliveira (PS)
António Maló de Abreu (PSD)
Francisco Pimentel (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Azevedo (PS)
Duarte Pacheco (PSD)
Pedro Roque (PSD)
Rodrigo Saraiva (IL)
Bruno Dias (PCP)
Paula Cardoso (PSD)
Isabel Pires (BE)

Ata aprovada em reunião da Comissão, em 4 de abril de 2023